

SESSÕES DO PLENÁRIO

23ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de maio de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELINO GALO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial em comemoração ao Dia Internacional de Luta pela Reforma Agrária, proposta pelo deputado Marcelino Galo.

Convido para compor a Mesa o Sr. Jairo Carneiro, secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação e Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura, neste ato representando o governador Jaques Wagner; Sr. Elionaldo de Faro Teles, diretor-presidente da EBDA; Dr. Haroldo Andrade, representante do Incra; Sr. Thiago Rodrigues, representante do Instituto Geografar/Ufba; Sr. Juenildo Zuza, representante do MLT – Movimento de Luta pela Terra; Srª Nólíia Oliveira, coordenadora do Movimento Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas do Estado da Bahia, Ceta; Srª Elisângela Araújo, representante da Fetraf nacional; Srª Érica Ane Oliveira, representante do MPA – Movimento de Pequenos Agricultores; Srª Zivaneide Santos Lima, representante do MTD – Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Desempregados e Desempregadas. (Palmas) Convido todos a ficarem em posição de respeito para ouvirmos o Hino Nacional. (Execução do Hino Nacional)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Agora, vamos ter a apresentação da mística dos nossos companheiros e companheiras.

(Apresentação teatral.)

(Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para compor a Mesa, gostaria de convidar o deputado estadual Yulo Oiticica, vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (palmas) e o companheiro Marcel do Levante Popular (palmas).

Solicito ao deputado Yulo Oiticica substituir-me na Presidência dos Trabalhos desta sessão especial para eu poder falar aos trabalhadores e às trabalhadoras.

(O Sr. Yulo Oiticica assume à Presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Boa-tarde meus companheiros e minhas companheiras. É uma imensa honra, um verdadeiro prazer, uma alegria muito grande ter vocês aqui presentes para que a gente possa prestar esta grande homenagem às trabalhadoras e aos trabalhadores do campo que estão em luta. Este é o ano da agricultura familiar, é o Ano Internacional da Agricultura Familiar. São mais de 350 milhões de empreendimentos. E, aqui também, comemoramos o Dia Mundial de Luta pela Reforma Agrária.

Por isso, queria saudar todos vocês.

Cumprimento o vice-presidente da Assembleia Legislativa e deputado Yulo Oiticica que, agora, preside esta sessão especial; o Sr. Jairo Carneiro, secretário Estadual da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura da Bahia que, neste ato, representa o governador Jaques Wagner; o nosso companheiro e presidente da EBDA, Elionaldo de Faro Teles, que exerce a presidência de uma empresa muito importante, pois, neste momento, os trabalhadores estão em greve. Mas esperamos que, hoje, possa encaminhar uma proposta que atenda a esses companheiros e a essas companheiras que prestam um serviço fundamental que é a extensão rural e a assistência técnica ao campo da Bahia.

Cumprimento o meu companheiro Thiago Rodrigues que trabalha no Geografar com a nossa professora e a nossa determinada lutadora pela reforma agrária que é Guiomar. Recebam o nosso abraço. Muito obrigado por estarem presentes.

Saúdo Zuenildo Souza, Zuza, meu companheiro de longas datas na luta pela reforma agrária que, hoje, está no Extremo Sul e, aqui, representa o Movimento de Luta pela Terra; a nossa companheira, essa mulher aguerrida com a força que tem para ter a direção e ajudar nesta luta que é a nossa companheira Nólia Oliveira, representante da CETA – Movimento dos Trabalhadores(as) Assentados(as) e Acampados(as) – grande organização de luta dos trabalhadores.

Cumprimento Elisângela Araújo, da Fetraf – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – nacional, pois ela é a nossa companheira histórica da luta pela terra; Érica Anne Oliveira, do Movimento de Pequenos Agricultores; nossa amiga Neide que, agora, ocupou o seu lugar à Mesa e representa o Movimento dos Desempregados; Marcel, do Movimento Levante Popular da Juventude, esse movimento da juventude é vigoroso e faz, hoje, um importantíssimo movimento contra os torturadores.

E a todos, quero dizer que, além dessa homenagem a vocês, além de uma celebração, este, também, é um espaço formativo, porque nem sempre o discurso, por si só, explica. Quero registrar a presença do nosso companheiro e superintendente Wellington, do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – que já faz parte da Mesa dos Trabalhos.

Quero dizer que vamos trabalhar um pouco mostrando uns dados da realidade agrária do nosso Estado e desta luta histórica do povo do campo pela reforma agrária que se confunde com a luta do povo brasileiro em todos os seus sentidos.

Esta estrutura agrária é perversa e vem do tempo da colonização. Para cá, foi

transportado um sistema de colonização por exploração, pois os colonizadores e os exploradores dizimaram o povo da terra, ocuparam a terra da forma como quiseram, na forma de sesmarias, forma de grande extensão de terra, e deram aos amigos e às amigas do rei e que consolidou com a mão de obra escrava.

Esta é a combinação. Inicialmente, eles tentaram escravizar os índios que não toleraram a escravidão. Posteriormente, foram obrigados a trazer forçados da África, sob tortura e prisão, a mão de obra escrava.

Por conta disso e de uma associação do latifúndio com a escravidão, este País aceitou 350 anos de escravidão. Este é um dos países do mundo de mais longa perversidade com esse sistema de escravidão. De forma que temos pouco tempo de libertação dos negros através das suas lutas e a consolidação. Fizemos, naquele momento, de forma parcial, a libertação dos negros, mas não fizemos a reforma agrária.

Em 1850, consolidou-se, neste País, a chamada lei de terras que, justamente, quando os escravos, que ali foram recém-libertos, precisavam de terras para trabalhar, os latifundiários aprovaram que só se poderia ter acesso à terra através da compra e venda. Logo, escravo e trabalhador rural não tinham dinheiro a comprar a terra.

Então, a lei discriminava e justamente a lei privilegiou e consolidou o latifúndio e a grande propriedade, o que impediu que escravos e trabalhadores tivessem acesso à terra. Isso resultou em um País de mais alta concentração de terra do mundo e levou a uma maior concentração de renda e a maior exclusão social em pleno século XXI, vive ainda hoje nessa situação resultante dessa estrutura agrária. Vocês ainda hoje têm de fazer esse sacrifício de deixar filhos ou trazer os filhos nessa condição de dormir no chão, passar as maiores privacidades e desconforto para fazer uma luta que a maior parte dos países já o fizeram. Já fizeram a reforma agrária, mas a elite brasileira, boçal e preguiçosa, que copia a Europa e os Estados Unidos... Os Estados Unidos já fizeram a reforma agrária, a Europa também, lá há a valorização da classe do campo, dos camponeses e dos camponeses com um todo e da agricultura familiar.

Nós estamos por fazer a reforma agrária. E vamos mostrar aqui qual a situação de hoje da Bahia.

Dados do Geografar – trabalhados pela professora Guiomar, da UFBA -até 50 hectares, são 86% de propriedades com esse tamanho; representa 21% da área total agricultada. Quase a totalidade das propriedades só têm até 50 hectares.

Do outro lado, temos acima de 2.500, ou seja, apenas 0,14% d os proprietários, com uma área de 23,74% das áreas agricultáveis do Estado da Bahia.

Apesar de todo esse movimento de luta de vocês, apesar da reforma agrária que tanto se propala, temos uma concentração violenta de terras neste Estado.

Neste outro gráfico, essa bola grande é o total de terras do Estado. Apenas 4% da área total é ocupada por assentamento.

Quantas vezes vocês já vieram a Salvador ocupar o INCRA na luta por assentamento? E vejam, nós só temos 4% do território do Estado ocupado por

assentamentos. E, aí, é o território global das áreas que são cadastradas como propriedades agrícolas, os assentamentos só representam 2% do Estado.

Temos aí Áreas Não Agrícolas versus Estabelecimentos Agrícolas. As áreas escuras são as não agrícolas, 52% do nosso território são agricultáveis, está ali discriminado.

Esses dados são de um estudo feito pela Universidade.

Aí é uma foto de ontem, são vocês. Companheiros, vamos analisar este gráfico, que é de um estudo da UFBA. E, aí, temos todos os governos que passaram pela República, de Sarney até hoje, e temos o número de assentamentos. Então, esse é o histórico da reforma agrária do nosso Estado.

Então, queria registrar, não por querer aqui “tirar onda”, mas aquela barrigona ali diz respeito a 2003 e a 2005, quando estive na Superintendência do INCRA. Quero dizer isso aqui a vocês porque, mesmo do Marco Legal da reforma agrária que existe até então, que está vigendo hoje, é possível fazer reforma agrária. Desde que tenhamos determinação, vontade política e, principalmente, compreendamos que é necessário a luta dos camponeses e a nossa associação. E dirigentes públicos, governo, não muda nada. Quem muda é a força organizada da classe trabalhadora. (Palmas.)

Então, vejam vocês, aquele barrigão maior que tem ali no gráfico equivale ao período de três anos do INCRA. E o governo FHC passou 8 anos. Vejam que depois passou a ser uma minhoquinha. A gente precisa resolver. A gente gosta de minhoca é na terra e não afundando a reforma agrária.

No gráfico, vemos os números de decretos, a evolução. Vemos o número de vistorias que foram realizadas e que foram decretadas em um período da história desse Estado.

A evolução do período de PA's. Infelizmente no ano passado comemoramos o infeliz aniversário, porque até naquele momento, quase no final de 2013, não tínhamos tido uma desapropriação de área neste Estado.

É necessário retomar, trazer à pauta da reforma agrária, não só para o governo, mas para a sociedade como um todo nessa forma de luta, ocupando órgãos, ocupando as ruas deste Estado.

Então, companheiros, esses gráficos que estão à disposição de todos e foi feito por uma organização da UFBA (palmas), fala por si só da realidade da reforma agrária.

Nesse momento, o que vivemos é uma conjuntura complexa que mesmo tendo essa história de fazer tão pouco, a elite vem com a violência, com uma virulência nunca vista contra o governo e contra os movimentos sociais. Está se criminalizando, todo dia, a luta dos trabalhadores, a luta pela reforma agrária, a luta pela política.

Vamos ter que nos mobilizar, não é só pela luta da terra, temos no centro da conjuntura de lutar hoje por uma reforma fundamental que é a reforma política. Porque o Congresso Nacional, da forma como se apresenta hoje, não representa vocês, não nos representa. Porque o sistema político sob o financiamento privado, o

que tem lá é uma bancada de ruralistas, mais de 146 que são contra a reforma agrária. É preciso mudar isso, é preciso ter financiamento público de campanha para que a gente possa dar oportunidade de eleger gente da classe trabalhadora para ser deputado e deputada, a representação que nós temos lá. A Bahia tem a maioria da sua população feminina, a Bahia tem a maior população de eleitores mulheres, e sabem quantas deputadas nós temos no Congresso Nacional? Uma deputada.

Então, isso é uma distorção. Lá tem poucos negros, lá não tem quase índio, lá não está representada a população brasileira. Nós precisamos construir a democracia nesse país, a democracia representativa, ela é limitada, se não corrigirmos isso. E quem pode fazer isso é a luta do povo.

Por isso é que nós estamos fazendo. A presidente Dilma foi à televisão convocar todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país para a gente lutar por uma Constituinte exclusiva para a gente fazer a reforma política, porque os deputados estão lá, não vão cortar na própria carne para perder as suas benesses, para perder os seus privilégios. Então, o povo tem que se organizar, se os movimentos sociais não compreenderem que a reforma política é o centro da luta, hoje, do povo brasileiro, para a gente consolidar a nossa democracia.

E temos mais uma luta mais do que fundamental. Vejam como se comporta a Imprensa da burguesia brasileira. Ela quer ser dona da opinião do povo brasileiro. Vejam o que faz a Rede Globo, massacrando a nossa presidente no dia a dia, a nossa mulher-presidente, capaz, que foi torturada aos 19 anos e com muita dignidade não traiu, não delatou ninguém, e essa mulher comanda esse país e é atacada. Vejam como é atacado o ex-presidente Lula no dia a dia. Nós temos que fazer a reforma da mídia, a mídia tem que ser descentralizada, democratizada, para que a opinião do povo brasileiro apareça naquela telinha, porque aquela telinha deforma, ela está a serviço, ela sempre foi associada à elite.

E nós festejamos nesta Casa, há pouco tempo, 50 anos da ditadura militar nesse país, e os camponeses, os trabalhadores rurais sofreram muito. Agora, os Estados Unidos abriram seus arquivos e nós pudemos comprovar que na época das ligas camponesas, que era 1959, entraram no Nordeste brasileiro, sob todos os viés que eles conseguiram enganar, cinco mil americanos, agentes da CIA, agentes das forças armadas americanas, para perseguir, para controlar, para acabar com as ligas camponesas, que é a nossa herança, que nós nos reconstituímos todos os movimentos de luta pela terra pós 64, é o caso de vocês, com referência à nossa origem estar na luta camponesa.

O que é que faziam cinco mil americanos no Nordeste brasileiro? Era para combater, eles ensinavam a torturar, eram professores para massacrar a luta da esquerda, a luta da liberdade.

E no governo de Jango, Jango fez o grande comício de 13 de março, e qual foi o centro maior de combate? Quando ele anunciou que ia fazer a reforma agrária nesse país. Isso assanhou a elite perversa, cruel, brasileira, ignorante, que não permite o acesso à classe trabalhadora a nada, que se incomoda com uma simples Bolsa Família, que é um programa de renda mínima.

E hoje nós vemos declaração, se vocês olharem a Imprensa, do presidente do DEM, ele faz uma charge que é a cara dele, ele bota lá um trabalhador deitado na rede, dizendo que todo mundo que tem acesso ao Bolsa Família é preguiçoso.

É assim que pensa a elite brasileira. Por isso nós temos que responder com a nossa força de organização e nessa conjuntura perigosa. Porque eles estão se armando, estão fazendo um combate intenso pelas redes, pela imprensa, no sentido, inclusive, de fazer referências ao golpe militar, aquele que fez a base da exclusão do povo brasileiro. Nós não permitiremos golpe neste País. (Palmas)

A Esquerda, os trabalhadores têm que ficar de olho. Vocês que estão nas ruas, no campo e na cidade, apesar de alguns movimentos e alguns sindicatos se acoplarem à franja e acharem que estão passando bem. Não é isso, não. Temos que ter a luta do movimento social, um pé no Parlamento, muita pressão no governo para atingir os nossos objetivos. E o centro da conjuntura é fazer a reforma que nós fizemos.

Nós precisamos fazer a reforma agrária. (Palmas) E a reforma agrária está nas mãos de quem? Não está na mão de nenhum burocrata. A reforma agrária está nas mãos da classe trabalhadora, dos camponeses, e vamos fazer a luta. Porque a reforma agrária significa a gente repartir os meios de produção, significa consolidar a democracia neste País. Significa trabalho, pão e paz para os filhos dos trabalhadores. O crack é a viagem do suicídio e da morte. Não existe solução para a vida humana sem ser valorizando o trabalho. E vamos fazer a reforma agrária para fazer a grande festa neste País.

Festa, trabalho e pão. Viva os movimentos sociais, viva a reforma agrária. (Palmas)

Reforma agrária quando?

(A plateia se manifesta: “Já!”)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito bem. Parabéns, deputado Marcelino Galo, pela veemência, contundência e coerências constantes desse grande líder que é V.Ex^a, como tem sido também aqui na Assembleia Legislativa – o deputado Marcelino Galo.

Quero registrar que está presente à Mesa conosco, o delegado federal de Desenvolvimento Agrário da Bahia, Wellington Resende. Quero convidar para a Mesa o magnífico reitor da Universidade do Estado da Bahia, Uneb, o professor José Bites de Carvalho. (Palmas) Quero registrar a presença da Irmã Cecília, ex-prefeita de Itiúba, aqui no meio de nós, (palmas) também a presença dos deputados Zé Neto, que é Líder do governo nesta Casa, Maria del Carmen, Fabrício Falcão e Sargento Isidório. (Palmas)

Devolvo, então, a palavra ao presidente e proponente da sessão, deputado Marcelino Galo. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra a nossa companheira Érica Ane Oliveira, do MPA – Movimentos dos Pequenos Agricultores.

A Sr^a ÉRICA ANE OLIVEIRA:- Boa-tarde, companheiros e companheiras. Todo mundo firme na luta, certo? Saúdo, na pessoa do proponente da sessão, deputado Marcelino Galo, a todos os membros da Mesa. Meu nome é Erica, faço parte do Movimento dos Pequenos Agricultores e estamos aqui com esse grande desafio que é falar da reforma agrária neste nosso Brasil.

Como já mostrado nos dados apresentados, a situação anda meio crítica. Anda meio precária. Há um desinteresse de resolver essa questão, que é gritante, alarmante para o povo brasileiro, que é solucionar e dar acesso à terra a quem realmente precisa.

A reforma agrária é um tema que está sempre em pauta para os camponeses sem-terra e também para parte da população brasileira. Num governo democrático, as ações do sistema político têm como fim atender os interesses da maioria da população, corresponder a esses interesses que o povo grita e está lutando para conseguir. Realmente o governo está em débito com o povo.

Lembrando que são anos de luta pela terra, são anos que o povo marcha, ocupa latifúndio, vendo nossos companheiros serem mortos pelo latifúndio. São anos esperando embaixo de uma lona preta para que as famílias sejam acampadas. São anos também lutando para desburocratizar e para que seja mais fácil o acesso à terra para os que realmente trabalham e geram riqueza para este país.

Repudiamos também as alterações que foram feitas ultimamente que concedem poder ao MDA para decidir sobre a questão agrária do país. Essas alterações invés de facilitar o acesso à terra pelos camponeses sem-terra, o que fazem é dificultar cada vez mais. Latifúndio, agronegócio e mineração são os males do Brasil para o povo trabalhador, para o povo sem-terra e para o povo que gera riqueza e alimentos saudáveis para este país.

Não se vê a riqueza produzida pelo agronegócio beneficiar o povo. O que se vê é essa riqueza atendendo apenas a uma parcela de empresários. Apostar no agronegócio e nessa concentração de terra e na mineração significa a destruição dos nossos recursos naturais, significa também que os trabalhadores sejam mais massacrados e violentados em todos os seus direitos básicos, os direitos humanos.

Queremos que esta Casa atenda o apelo e os interesses da vontade da população brasileira, desse povo baiano que já tem anos de lutas. Exigimos mudanças profundas da estrutura fundiária. Regiões inteiras da nossa querida Bahia que tem o desenvolvimento social e econômico bloqueados pelo latifúndio. Outras regiões bloqueadas pelo excessivo parcelamento das terras. Resolver essas duas questões significa garantir o desenvolvimento da região com equilíbrio e justiça social.

Assim defendemos que seja feita uma reforma agrária ampla, massiva e de qualidade, garantindo o acesso à terra às famílias camponesas. Que garanta também os direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas, ou seja, das comunidades tradicionais. Defendemos também que a terra seja considerada como meio de vida, afirmação da identidade sociocultural dos povos, sendo fundamental o combate à estrangeirização das terras, estabelecendo um limite das propriedades de terra na Bahia e no Brasil.

Sendo assim, queremos reforma agrária ampla e massiva. Que esse sistema

político seja para atender a vontade do povo, seja para atender os nossos interesses, porque estamos correndo risco de vida, desafiando sermos mortos na ocupação de terras para termos, apenas, acesso a um direito, que é um pedaço de chão.

Temos um grito de ordem da Liga das Camponesas na nossa memória que diz assim: “Reforma Agrária na lei ou na marra!”. Se não faz por interesse de quem está representando o povo, o povo vai fazer com as próprias mãos, vai dar seu sangue para isso e estamos fazendo isso.

Obrigada e uma boa tarde para todos. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): - Muito obrigado, companheira representando o MPA.

Agora vamos convidar o nosso companheiro Zuza, representante do MLT – Movimento de Luta pela Terra. (Palmas.)

O Sr. ZUZA:- Boa-tarde, companheiros e companheiras! Quero saudar a Mesa em nome da companheira Elisângela, que representa o quadro das mulheres camponesas pela Fetraf. E quero chamar a atenção da Mesa, dos deputados, que temos um problema muito mais sério neste Estado, que é o domínio do Estado. Como nosso companheiro Marcelino citou aqui, há algum tempo, fomos invadidos pelos europeus e, na ditadura militar, o pessoal norte-americano entrou na clandestinamente neste Estado. E, hoje, eles entram com legalidade, se apropriam do nosso patrimônio e têm o aval do Estado.

Se a gente for no Oeste da Bahia e vir os grandes plantios de soja, algodão, transgênico e milho, vamos fazer um histórico a quem pertence. Se formos ao Sul da Bahia levantarmos quem planta eucalipto naquele território, veremos a quem pertence. E quem deu o aval para que essas monoculturas chegassem em nosso Estado? E para onde elas vão? E a quem elas servem? Precisamos rever os conceitos deste Estado. Inclusive, Srs. Deputados aqui presentes, fazendo uma análise da lei de terra da Bahia, que é de 1850, como já foi citado aí.

Precisamos de Reforma Agrária urgente e ela precisa acontecer em todas as instâncias, inclusive nas reformas de base. Primeiro, a Bahia tem a maior concentração de terras devolutas. Inclusive, não havia necessidade de estarmos aqui pleiteando um pedaço de terra. Se o governo se predispor a fazer uma regularização fundiária neste Estado, Srs. Deputados, não vai haver necessidade de ocuparmos mais nada, porque essas terras precisam ser redistribuídas. (Palmas.) Não há necessidade de ocupações. Não há necessidade de derrarmos sangue ou darmos a vida por um pedaço de chão, porque o Estado tem terra de sobra. O que falta neste Estado é política agrícola e agrária, companheiros. Não falta terra, está faltando competência política, porque terra nós temos. E temos de sobra.

No Extremo Sul da Bahia, temos 800 mil hectares de terra públicas ocupadas, a maior parte delas, pelo eucalipto. E o governo, numa reunião que tivemos, disse que não existem mecanismos, porque, se faz a discriminatória, não tem lei que ampara o

governo a regularizá-la em nome dos trabalhadores. E onde é a Casa das leis? É aqui. Precisamos mobilizar o povo para mudar a lei do Estado para que os trabalhadores possam ter acesso à terra sem ter que derramar sangue ou sem ter que ocupar, porque se não for assim não vai haver reforma agrária aqui nem em lugar nenhum. Não vamos eleger qualquer prefeito, deputado, governo, presidente se as assembleias, se as câmaras não propuserem mudança nos seus regimentos, nas suas leis. Leis essas que impedem que nós, agricultores, tenhamos a terra. Somos responsáveis por mais de 70% de tudo que se come nesse Brasil, e temos apenas 4% de terra. Se não houver lei, se a Assembleia Legislativa da Bahia, se a Câmara de Deputados não propuserem isso, quero chamar para o desafio aqui os companheiros deputados que nós ajudamos a eleger, deve ter comissão de agricultura e de reforma agrária nesta Casa e aqui tem alguns deputados democráticos, conheço os deputados Marcelino Galo, Yulo Oiticica, Fabrício Falcão que esteve aqui, conheço mais outros, não vou citar nomes, estou falando dos que estão aqui presentes e que precisam rever a lei de Estado.

Precisamos rever e fazer uma mudança estrutural porque não precisamos dar a vida por um pedaço de chão nessa Bahia. Terra tem, companheiros!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Obrigado ao companheiro Zuza. Quero registrar a presença aqui da companheira Cecília, grande lutadora pela terra, ex-prefeita de Itiúba, muito obrigado pela sua presença.

E agora vamos inverter a ordem das falas e passar a palavra ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, aqui nesse ato representando o governador Jaques Wagner.

O Sr. JAIRO CARNEIRO:- Minha saudação inicial, meu boa-tarde às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais da Bahia que lotam este plenário da Casa do povo, transformando esse recinto numa verdadeira plenária popular democrática, porque vocês são a fonte genuína do poder.

E por isso, no momento em que a direção da Casa abre todas as portas para recebê-los, quero congratular-me com o presidente Marcelo Nilo, com o presidente desta sessão, deputado Marcelino Galo; com o vice-presidente, deputado Yulo Oiticica, com os demais ilustres deputados e deputadas que prestigiam esta sessão especial em homenagem ao dia mundial e internacional da luta pela reforma agrária e pela justiça no campo, para dizer que tenho orgulho de estar, com muita honra, representando o nosso governador Jaques Wagner. Governador que vocês colocaram no poder pela força da luta em defesa de uma causa que ele abriga no seu coração e que detém como um compromisso inalienável de fazer justiça aos que mais precisam.

Saúdo os demais ilustres componentes da Mesa e os representantes de instituições públicas dos movimentos sociais. Peço autorização para também citar o nome de um colega e companheiro de trabalho, o presidente da EBDA, Dr. Elionaldo Teles, que tem vínculos fundamentais com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Meus amigos e minhas amigas, ouvi atentamente os pronunciamentos que antecederam ao meu, e sei da profundidade, da densidade da pauta dos trabalhos de hoje nesta sessão especial, na demonstração da plena consciência política e conhecimento genuíno daquilo que vocês defendem e das lutas e desafios que enfrentam para alcançar os objetivos e metas que são resultado da ação do trabalho de todos e de cada um.

A Secretaria da Agricultura está sempre à disposição. Assumi o exercício deste cargo no dia 20 de janeiro do corrente ano. Quero dizer-lhes que ali é a casa do produtor, do pequeno produtor, principalmente, sem exclusões, mas principalmente porque essa é a diretriz do governo Jaques Wagner; do apoio predominante, prioritário, às causas dos movimentos sociais, às causas populares que venham a corresponder aos anseios legítimos daqueles que mais precisam.

Para tanto, num concerto que tivemos no início do ano, após eu assumir, sob a liderança do secretário Cezar Lisboa – que está sempre à frente das articulações e negociações com os movimentos sociais, em reunião com o secretário da Fazenda –, estabelecemos um pacto para atender demandas represadas e em tramitação dos diversos movimentos sociais, de projetos nas diversas áreas de atividades, para atender à agricultura familiar, que detém mais de 80% dos estabelecimentos rurais deste Estado, que congrega a maior população rural do País e tem necessidade de que o governo vá ao encontro dessas justas e legítimas aspirações.

O orçamento – no âmbito de cada Secretaria do Estado, de modo particular, da nossa secretaria – foi disponibilizado e solenemente comprometido na reunião que mencionei.

Aconteceram dias atrás com o MST reuniões que estão sendo celebradas hoje, com a presença do secretário Cezar Lisboa, com representantes da nossa secretaria, para definir compromissos que sejam efetivamente honrados pelo Estado, cumprindo a determinação do governador Jaques Wagner.

A política da reforma agrária, como sabem, é uma política de âmbito nacional, dirigida pelas instituições competentes, na forma da lei. Somos auxiliares na execução da política, temos órgãos específicos, como a CDA, que todos conhecem. Temos o normativo fixado em termos da competência estadual para facilitar também o acesso do trabalhador rural, da trabalhadora rural, à terra, através de financiamentos, através da assistência técnica e extensão rural, da capacitação, da facilitação do acesso ao crédito subsidiado, dos bancos oficiais, do Banco do Nordeste, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, principalmente, Desembahia. E por outros instrumentos que o governo da Bahia coloca à disposição das senhoras e dos senhores, dos que produzem a riqueza no campo.

Sem terra não há produção. Deus não criou o mundo para separar entre opressores e oprimidos, entre possuidores e despossuídos. Criou para que houvesse harmonia, convivência e respeito à dignidade do ser humano. Não para que a ganância e o egoísmo proliferassem, para estabelecer as distinções odientas que existem até com sacrifício de vidas humanas, daqueles que precisam de um pedaço, de uma gleba de terra para produzir, ter dignidade e para ter oportunidade com sua família e sua prole.

É esse o esforço que temos obrigação de cumprir e honrar. E é este governo popular que veio das bases mais genuínas da sociedade, sob a liderança deste governador e, a nível nacional, a liderança de um nordestino que veio da pobreza também, o presidente Lula, é com esses homens que podemos acreditar em dias melhores. Mesmo com as circunstâncias de adversidades que enfrentemos momentaneamente, mas jamais imaginando que as elites, acostumadas a acumular riquezas, possam abrir a mão para ceder espaços.

Essa é uma luta permanente. São se iludam nem nos enganemos, a força popular é capaz de construir e transformar, mas com aqueles que mereçam a confiança do povo, e não aqueles que possam iludir momentaneamente e depois manter as pessoas submetidas ao regime da opressão, ao regime do poder econômico que escraviza e que não liberta.

Por isso trago essa mensagem de solidariedade ao movimento, à iniciativa desta Casa, à luta aguerrida do deputado Marcelino Galo e de outros tantos que aqui estão para honrar e dignificar o mandato popular, para que vocês saibam que podem acreditar nessas forças e expressões políticas que estão hoje no poder e que lutam para superar dificuldades e para poder colocar mais e mais meios e recursos e condições à disposição para que tenhamos um cenário de perspectiva de mudanças a cada dia; são conquistas graduais da sociedade, do povo, porque o povo é quem constrói, na luta, o seu futuro, enfrentando os desafios e confiando em governantes como os que aí estão e que podem estar sempre ao lado de vocês sem iludir nem enganar.

Mas não vamos baixar a bandeira, não vamos permitir que aqueles que querem retornar para manter o status do passado tenham oportunidade de prosperar na terra baiana ou no Brasil.

Muito obrigado. Parabéns.

Terei necessidade de me afastar para cumprir a agenda do governador.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado ao secretário Jairo Carneiro, aqui representando o governador Jaques Wagner.

Vamos passar a palavra ao deputado Yulo Oiticica, vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Registro a presença da companheira deputada Maria del Carmen.

O Sr. YULO OITICICA:- Companheiros, companheiras, me permitam, diante do protocolo, contar uma história bem rápida. Um ex-deputado faleceu e, ao chegar lá em cima, olhou para um lado, Cecília, que tinha Jesus Cristo, São Francisco, Irmã Dulce chamando: venha para cá, venha. Do outro lado, o diabo, de braços cruzados, olhava para ele, olhava, olhava e não dizia nada. Ele não entendia por que Jesus chamava de um lado e, do outro lado, o diabo no inferno, padre Sérgio, ficava de braços cruzados e não dizia nada. Ele olha para o diabo e diz: por que você não me chama? Ele disse: você está em cima do muro. Se está aí, já está comigo.

É exatamente por isso que quero dizer que não tem mais muro, e nós precisamos botar o boné para dizer de que lado estamos. (palmas)

A democracia representativa, sobre a qual o deputado Marcelino falava, possibilita exatamente isso. Não vivemos mais a ditadura militar, vivemos a possibilidade de eleger quem nos represente. Por isso, é fundamental, deputado Marcelino Galo, a agricultura familiar, o povo que luta pela terra, os movimentos que lutam pela terra na Bahia terem elegido V.Ex^a, porque V.Ex^a antes, inclusive, de ser deputado, de estar deputado nesta Casa, que passou tão rapidamente pela superintendência do Incra, ficando por quase três anos, foi o superintendente que mais assentou famílias na Bahia. Foram mais de 15.000 famílias assentadas em menos de três anos, dando uma demonstração clara, deputado Marcelino Galo, de que, muitas vezes, não se faz muita coisa por falta de vontade e de vergonha na cara, não por falta de oportunidade. V.Ex^a, quando teve a oportunidade, não abriu mão de fazê-lo. O Incra tem de ser um espaço de debate permanente, exatamente, para garantir o que ainda não existe no Brasil: a democracia real.

No dia de ontem, 13 de maio, lembramos a dita abolição. A dita abolição, aquela história da carochinha: a partir de hoje, está todo mundo livre, mas não tem escola, não tem qualificação profissional, não tem terra, não tem absolutamente nada, ou seja, os nossos do passado trabalhavam na escravidão para comer. Eles não tinham absolutamente nada e tinham de continuar trabalhando para comer.

O processo de libertação se consolidará, quando este país fizer, verdadeiramente, a reforma agrária. Até aqui é paliativo, até aqui houve avanços, mas ainda não feita, verdadeiramente, toda a reforma agrária como tem de ser. Este país, deputada Maria del Carmen, que foi o último país do mundo a abolir a escravatura, será o último país do mundo a fazer a reforma agrária. Eu não tenho dúvida de que o Brasil só fará, quando os movimentos se organizarem cada vez mais, se juntarem cada vez mais e ocuparem espaços de poder como este. (Palmas.)

O companheiro Zuza falou, aqui, sobre a monocultura. A monocultura, que acaba com o nosso solo, destrói com a agricultura familiar e destrói a pequena produção, concentra a terra e produz riqueza para os poucos nobres brasileiros e, às vezes, para os nobres que nem brasileiros são. Se você analisar a monocultura do eucalipto, que acaba com o nosso solo e consome toda a água, verá que nenhum ser vivo, Zuza, – você sabe bem disso – sobrevive dentro do eucalipto, com exceção dos coalas, um esquilo que não existe no Brasil, só do outro lado do planeta.

Alguns ainda sobem nesta tribuna e não só não usam este boné, como defendem o latifúndio. Sabe por quê? Porque quem banca a campanha de muitos deles é a monocultura do eucalipto. A cultura do eucalipto desgrça o solo, acaba a agricultura familiar e banca a campanha de muitos deputados e deputadas que estão nesta Casa e no Congresso. (Palmas)

A maior bancada do Congresso Nacional, deputado Marcelino Galo, como V.Ex^a bem disse desta tribuna, é a do agronegócio, que tem deputados de todos os partidos. Dos 513 deputados, mais de 200 pertencem à bancada do grande latifúndio, Cecília. Como enfrentar isso, se não com organizações como esta? Se não com um grande enfrentamento? Se não com a capacidade de organizar do povo brasileiro?

Estou, aqui, diante do que temos de melhor no Brasil, que é um povo que não se cala e que teve a coragem e a ousadia de dizer que basta de apenas os filhos de berço de ouro serem presidentes. Pegamos alguém do meio de nós, nordestino, que eles chamavam de analfabetos, e, oito anos depois, a elite branca deste país teve de se curvar e chamá-lo não mais de analfabeto, mas de professor Luiz Inácio Lula da Silva. (Palmas) Portanto, foi o berço que gerou Lula, que gerou todos vocês e todos nós.

Hoje é dia de manifestar e de comemorar, mas é, sobretudo, dia de luta. Eu quero, aqui, em meu nome e, certamente, em nome da Bancada do PT, que é composta por 13 deputados – permitam-me a ousadia deputada Maria del Carmen e deputado Marcelino Galo –, dizer que estamos inteiramente à disposição para receber a pauta de reivindicação, para transformar as ações de vocês em propostas concretas de lei. Sabemos que o governador Jaques Wagner é o nosso governador e é do PT, mas sabemos que não somos governo, estamos no governo, e, enquanto estamos, é para pagar as dívidas sociais herdadas pelo nosso governo.

Por isso, é preciso ter coragem. Mesmo quando nós, muitas vezes, pensamos em desistir, Maria e Marcelino, esta Casa se enche para dizer que temos que continuar na luta, na trincheira e não abrir mão.

Se o mestre dizia ontem, o mestre repete hoje: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Bem-aventurados os que desejam e lutam pela terra, porque a possuirão.” Fruto da nossa fome de justiça, da nossa fome de garantia de direitos, para azar deles, nós, hoje, batemos no peito e dizemos: “Somos cidadãos brasileiros e não abrimos mão de garantir os nossos direitos, na boa ou na tora!”

Viva o movimento pela agricultura familiar! Viva a luta dos sem-terra!

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado, deputado Yulo Oiticica.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Quero registrar a presença da deputada Fátima Nunes, que é da Bancada do Partido dos Trabalhadores. (Palmas.)

Convido para fazer uso da palavra o nobre companheiro Elionaldo Faro, presidente da EBDA.

O Sr. ELIONALDO FARO:- Boa-tarde a todos e todas. Boa-tarde pessoal!

Quero saudar todos os companheiros e companheiras.

Pedi para falar para fazer uma saudação muito rápida a Nólíia, da Ceta, porque hoje, pela manhã, estivemos juntos com o pessoal da Ceta; Érica, do MPA, que está conosco na mesa de negociação; Zuza, que eu não conhecia pessoalmente, mas a quem agradeço pela clareza da apresentação histórica acerca das questões da reforma agrária na Bahia; Zivaneide, do MTD, que está conosco e nos conhecemos há algum tempo; Marcel, do Movimento Levante Popular; Romário e Marta, não sei se estão

aqui, mas devem estar na mesa de negociação da Pastoral Rural da Bahia; Thiago, do Instituto Geografar, da Universidade Federal da Bahia – um núcleo que existe e está estudando; o nosso companheiro Wellinton Hassegawa; minha companheira Elisângela Araújo, que é da CUT nacional e membro da Fretaf; Haroldo, que representa o INCRA; o magnífico reitor da Uneb, não o conhecia pessoalmente e queria dizer da alegria de tê-lo entre nós; e, especialmente, ao deputado Marcelino Galo, legítimo promotor desta sessão e que diz, claramente, que temos, de fato, deputados com essa preocupação e esse imenso conhecimento sobre as questões agrárias no momento em que muita gente tem desesperança. Essa palavra não deve grassar entre nós, porque, evidentemente, temos que construir o amanhã a partir da luta de hoje.

Nessas sessões represento o Estado também, porque sou presidente de uma empresa do Estado, e acho que tenho que prestar contas, rapidamente, sobre algumas questões importantes e fundamentais e de interesse de todos os assentamentos e acampamentos do Estado da Bahia.

Quero saudar o deputado Yulo Oiticica pela brilhante fala; a deputada Maria del Carmen; minha companheira Fátima Nunes; bem como os deputados que por aqui passaram e viram a multidão que está no Plenário desta Casa.

Já fiquei sentado por muitas vezes naquelas Galerias sem poder falar nada. Era um tempo difícil! Tempo em que a Bahia tinha um governador com tantos representantes, com tanto dinheiro, mas não podia fazer nada pela população. Hoje, o Brasil mudou completamente, depois de 30 anos. É possível deputados de uma base pensar diferente; é possível apoiar, de fato, às populações que mais precisam.

É preciso abrir o olho e pensar na cultura, no esporte, no desenvolvimento econômico na área urbana e rural, nas questões sociais, nas pessoas que podem mudar o País. Foi uma mudança significativa nos últimos 30 anos.

Quero, rapidamente, felicitar todos os movimentos por este momento significativo aqui, na Assembleia Legislativa, porque é emblemático, sim. E ficará registrado nos Anais da Casa.

Preciso retirar-me porque estamos com uma empresa em que o pessoal está em greve há 52 dias. Por que os funcionários da EBDA estão em greve? Uma empresa pública, e, no nosso caso, uma empresa pública de economia mista, que é mantida em parte pelo Estado. Ela poderia também vender serviços. Só que nós trabalhamos para a agricultura familiar, e não cobramos da agricultura familiar. Então, o governo do Estado recebe recursos de vários ministérios, em nível nacional, e não pode, no meu ponto de vista, e não deve cobrar da agricultura familiar. É evidente que todo mundo que está aqui quer lutar por uma melhor condição.

Quando cheguei à direção da empresa, há 2 anos e meio, comecei a fazer uma auditoria em todas as contas. Então, existe dissídio de 20 anos, processo de 25 anos. E só 1 ano e meio depois é que consegui fechar essas contas para poder tentar obter autorização do governo do Estado e apresentar uma proposta para os trabalhadores. Em nenhum momento fomos indelicados e injustos com os trabalhadores, ao contrário. Sou membro da casa, funcionário da EBDA. No setor público, entrei há 35

anos, mas também tem a sociedade, tem os agricultores familiares.

Então, a minha vinda aqui é para dizer dessa luta incessante que nós estamos fazendo. Amanhã, às 14 horas, já teremos uma reunião com os cinco movimentos que estão aqui para discutirmos especificamente as modificações que vamos fazer.

Faço parte, também, juntamente com o secretário César Lisboa, da comissão de negociação que está tratando, ponto a ponto, das questões dos agricultores familiares.

Para concluir, eu apenas estou no governo, mas o nosso lado é o lado da luta popular. E é aí que temos que estar sempre. O amanhã se constrói hoje com conhecimento.

Quero fazer apenas dois registros: sobre a quantidade de jovens que estão aqui, o que nos deixa bastante alegres, e a quantidade de mulheres lideranças que estão lá, na negociação, representando os nossos trabalhadores.

Um grande abraço. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado a nosso companheiro Eleonaldo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Agora ouviremos um mulher guerreira, militante da luta pela terra, a nossa companheira Neide Santos Lima, do MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados.

A Sr^a NEIDE SANTOS LIMA:- Boa-tarde companheiras e companheiros!

Boa-tarde companheiras e companheiros!

(O Plenário responde: Boa-tarde!)

A Sr^a NEIDE SANTOS LIMA:- Muito bem. É isso aí, companheirada.

Eu não sei falar muito bonito igual à fala dos deputados, mas o que nós vamos falar aqui é em defesa da reforma agrária. Mas antes de falar em defesa da reforma agrária, quero cumprimentar a Mesa na pessoa principal, o deputado Marcelino Galo, que conduziu esta sessão. A Casa está de parabéns porque parece que tinham engavetado essa pauta, mas parece que a pauta da reforma agrária está saindo da gaveta. Então, quero cumprimentar a Mesa, meus companheiros e companheiras de luta responsáveis também pela sessão, porque sem nós não haveria sessão. É ou não é companheirada?

Quero começar a minha fala em defesa da reforma agrária dizendo que reforma agrária não quer dizer apenas um pedaço de terra, reforma agrária é para além do pedaço de terra. A gente não está aqui visando só aquele pequeno pedaço de terra, nós temos muito a pensar e para querer fazer reforma agrária. E é a partir do fazer reforma agrária é que nós vamos nos libertar, que vamos ser o País que todos nós queremos, que todos nós desejamos. É a transformação da sociedade.

É muito preocupante para a elite brasileira fazer reforma agrária. Por quê? Porque se a reforma agrária for feita de fato, a distribuição de renda não será para

nós, será para eles. Eles não querem reforma agrária, porque a distribuição de renda é para a minoria, e a maioria somos nós, a classe trabalhadora. Mas se todos nós que defendemos a reforma agrária e que lutamos pela terra nos juntarmos, nós vamos conseguir. Acho que a pauta maior na discussão que nós estamos, na reforma política, a primeira reforma é a reforma agrária. Porque se nós conseguirmos de fato, mesmo, fazer com que essa pauta seja discutida, a reforma agrária, para nós, vamos avançar muito. A reforma agrária é a transformação da sociedade, é sermos um País digno, sermos pessoas com direito a ter educação de qualidade, saúde de qualidade. Vamos poder comer o nosso próprio alimento que produzimos, vamos ser pessoas reconhecidas.

Então, a elite fica preocupada em discutir a questão da reforma agrária, que está escondida mesmo. Mas se nós, movimentos sociais, que estamos unidos, defendermos a reforma agrária ela vai sair do papel mesmo, ela vai ter que sair do papel. Reforma agrária não se faz da forma que todo o mundo quer. Reforma agrária só se faz na marra, não é isso companheirada? (Palmas)

Marcelino apresentou aí aquele quadro de tudo o que está acontecendo, mas se nós, movimentos sociais, lutadores do povo, não nos unirmos, não vai-se fazer reforma agrária de forma nenhuma. Não vai ter distribuição de renda de forma nenhuma. Então, acho que chegou o momento, agora, de nos unirmos e trazer de volta esta pauta que está tão escondida, tão apagada.

Os nossos governantes, que são responsáveis por fazer esta política acontecer, também têm que ter um olhar especial. Sei que o ex-presidente Lula, a presidente Dilma Rousseff têm tido um olhar, mas está faltando muita coisa ainda, gente! Está faltando muita coisa ainda. Vamos melhorar, vamos acordar ex-presidente e presidenta, porque fomos nós que ajudamos a colocá-los no Poder. E quem somos nós? Somos a classe trabalhadora. Então, por favor olhem para nós! Olhem com um olhar diferente, porque precisamos, de fato, que faça a reforma agrária. Precisamos dos nossos lotes, precisamos criar nossos filhos, nossos netos dentro do nosso pedaço de terra. Mas a nossa visão não é só um pedaço de terra, nossa visão vai além de só um pedaço de terra.

Então, é isto que quero dizer: que vamos nos unir e vamos, de fato, trazer de volta essa pauta que está tão escondida, e que vamos acender ela de novo e com esta turma junta e unida, com certeza, vamos acender ela de novo.

Reforma agrária! Reforma agrária! (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado, minha amiga e companheira Neide.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Quero dizer a vocês que hoje não é dia de sessão especial aqui, nesta Casa. As sessões especiais são, geralmente, nas quintas e sextas, mas, por uma concessão, os Líderes da Maioria e da Minoria, em respeito a vocês, concordaram em abrir mão de ter sessão ordinária hoje, para aproveitar a estadia de vocês aqui, em Salvador, para se realizar esta sessão.

Quero agradecer tanto ao Líder da Situação quanto ao Líder da Oposição, que nos proporcionaram a oportunidade, porque eles tiveram que assinar, abrindo mão de ter a sessão ordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Passo a palavra a Haroldo Andrade, representante do INCRA.

O Sr. HAROLDO ANDRADE:- Quero saudar a todas e todos e dizer que é um momento muito importante. E eu não poderia deixar de dizer ao deputado Marcelino Galo, com quem temos uma amizade de muito tempo, que pautar a reforma agrária como a ordem do dia é dizer que a reforma agrária é estruturante.

Hoje, em toda a Bahia, quando a gente olha para uma cidade dessas que vocês estão conhecendo, vê-se logo uma falta de mobilização. Aqui, dentro deste Centro Administrativo, quando você olha para qualquer lado vê as grandes favelas que se estão concentrando aqui, em torno de Salvador. Isso é exclusivamente por falta de reforma agrária.

Esse projeto, Marcelino, não tem que sair nunca da pauta.

É essa a coragem de um deputado como Marcelino Galo, que vem da luta e do trabalho, dia a dia, e ocupa em pouco tempo um espaço dentro do INCRA e faz acontecer um número que ninguém conseguiu. São mais de 400 imóveis para serem vistoriados, mas desses imóveis só 80 ou 90 áreas foram efetivamente colocadas para a reforma agrária.

Queremos saudar toda a Mesa, principalmente Nólí, representando a Ceta, e todos os movimentos aqui presentes, e dizer que o quanto contribuíram para ter não só um deputado como Marcelino Galo, mas também Fátima Nunes, que também representa essa luta do campo.

Nós, gestores públicos,... e aqui quero respaldar-me na frase e no pensamento que o secretário da Agricultura expressou há alguns instantes: “Se o poder é legítimo do povo, nós que o representamos e somos gestores temos que ser coniventes com as demandas sociais”. Não tem a separação entre ser o gestor público e não entender e não fazer a coisa acontecer.

Anteontem recepcionamos e amanhã, a partir das 9 horas, faremos a primeira discussão com todos os quilombolas da Bahia. E queremos lembrar desse quadro. Lembramos que quando o Estatuto da Terra foi editado tinha o objetivo de resolver a questão da reforma agrária. Já faz 50 anos que temos uma legislação e de lá para cá quase nada foi feito em prol dessa reforma agrária, porque o Estatuto da Terra pregava primeiro o imposto territorial progressivo.

Vemos na maioria das falas, das discussões técnicas que precisamos pautar que esse imposto progressivo seja também colocado na ordem do dia, porque, hoje, o ITR representa, Marcelino Galo, 0,3% da arrecadação tributária neste País. Se pegarmos outros países do mundo, como os Estados Unidos ou Canadá, são 5% da participação tributária em cima dos imóveis improdutivos.

Se não temos uma política que corrija a improdutividade desses imóveis como vamos ter recursos para fazer acontecer uma reforma agrária?

Esses recursos faltam numa estrutura como a do INCRA, que tem a missão de fazer a reforma agrária. Vemos a falta de profissionais e de estrutura para atender a uma demanda tão grande para a reforma agrária.

Esse quadro que Marcelino mostra muito bem, que em 74 fizemos o primeiro plano de reforma agrária para este Estado da Bahia e de lá tiramos dados da demanda que este Estado representa, de dados estatísticos, dados levantados e chegamos a um total para atender às famílias baianas que lutam pelo acesso da democracia neste Estado. São mais de 640 mil famílias que precisam da ação da política da reforma agrária.

Nesse momento também levantamos a relação de trabalhadores com terra: quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, minifúndios, posseiros. Esse total chegava a 486 mil. De lá para cá, só conseguimos, até o momento, das 12 mil levantadas, 5 mil famílias incorporadas por esse projeto extrativista.

Então, que reforma agrária queremos? Que reforma agrária o Estado Democrático e de luta quer fazer para que isso saia desse papel frio, para que este INCRA, que foi criado para fazer a reforma agrária, tenha a força e a coragem de fazer.

Nós temos que entender que a sociedade, o Incra só, isolado, não pode nunca fazer a reforma agrária se não tiver a participação também do Estado e dos municípios. No momento que a gente fala da questão da regularização fundiária, nós estamos reconhecendo também que os cadastros, a unidade de cadastro de cada município, hoje no total de 417 municípios, temos o índice e a criação exclusivamente de 100 municípios que possuem unidade de cadastro.

Isso significa que o pequeno produtor que está lá precisando de uma aposentadoria, de um financiamento não tem como fazer acesso às políticas públicas que tanto sonhamos. E aí vem a atitude maior que é apregoada pelo Estatuto da Terra que é a desapropriação para fins de reforma agrária.

Ora, se naquele momento a gente tinha, além das famílias acampadas, que hoje se repete o mesmo número, se antigamente, três anos atrás, eram 23 mil, hoje a gente passa de famílias acampadas os mesmos 23 mil. E no total de assentamentos que concluímos chega à razão de 52 mil famílias assentadas no Estado da Bahia. Quando é que vamos conseguir atingir essas 680 mil famílias? Se for nesse passo, se for nessa não celeridade, se não compreender a reforma agrária que tem que ser célere, desburocratizante, será preciso que todos nós morramos e que nasça a terceira ou a quarta geração para cumprir a função da reforma agrária.

A política tem que ter essa convocação. E quando Marcelino coloca: será que é preciso sempre essa mobilização? Infelizmente, é dessa mobilização, é da pressão, é da organização que a gente pode ter uma reforma agrária, o acesso à terra para todos.

Então viva a reforma agrária! Viva a luta dos trabalhadores! Viva a luta para que a gente tenha uma sociedade igualitária, justa e dinâmica. Viva a reforma agrária!

(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- O Haroldo aqui representando o superintendente do Incra.

Agora vamos ouvir, inclusive queremos agradecer a sua presença porque está aqui diretamente, não mandou nenhum representante, que é o magnífico reitor da Uneb, recém-empossado, o Sr. José Bites de Carvalho.

Sabemos da importância que tem a Uneb nos cursos para os assentados, e esse é um latifúndio não da terra, mas do ensino que temos que cortar essa cerca para dar acesso aos filhos dos trabalhadores ao ensino superior, e a Uneb tem um papel fundamental, foi a precursora. Então, meu muito obrigado magnífico reitor pela sua presença. E recém-empossado, quero desejar-lhe boa sorte e um grande sucesso na sua gestão à frente da Uneb.

O Sr. JOSÉ BITES DE CARVALHO:- Boa-tarde a todos e a todas aqui presentes.

Quero cumprimentar Marcelino Galo e agradecer pelo convite à Uneb para estar presente aqui, cumprimentar todos os deputados, a deputada Fátima Nunes, aqui presente, todos os membros da Mesa, todos os representantes participantes desta sessão.

Quero dizer da importância de a Uneb estar aqui, fiz questão, realmente, de estar presente para reforçar o papel dessa universidade que vem desenvolvendo um trabalho de inclusão ao longo dos seus 30 anos e fortalecendo uma linha que é a formação da educação do campo; a formação de profissionais para a educação do campo, a participação nas diversas ações da educação do campo, seja através da extensão e da pesquisa, que tem desenvolvido uma série de cursos de graduação, seja na formação de professores, mas, também, mais recentemente, através da formação de agrônomos, e, agora, atualmente, com a formação de advogados. Todos esses programas em articulação, seja com o Incra, através do Pronera, seja com o Ministério da Educação, seja com os outros órgãos que se disponibilizam a financiar esses projetos. Neste sentido, temos reafirmado a necessidade de consolidar cada vez mais essas parcerias. Nós entendemos que a Uneb, por estar inserida em praticamente todos os territórios de identidade do Estado da Bahia, tem o compromisso de formar profissionais para o campo. E é nesse sentido que fiz questão de estar aqui, de reafirmar o compromisso da nossa gestão com a educação do campo, procurar a Assembleia, os deputados – Marcelino Galo e outros – para que possamos, efetivamente, cada vez mais, fortalecer.

Temos interesse de implementar novos cursos. Temos interesses de construir novas articulações, mas para isso efetivamente também dependemos dos deputados. Portanto, a nossa disposição é a nossa fala no sentido de cada vez fortalecer mais esses vínculos, mas principalmente trabalhar no sentido de reforçar o que se tem discutido hoje neste dia, no Dia Mundial da Reforma Agrária, e destacar o papel da Uneb, como disse aqui, de fortalecer, de avançar cada mais na formação de profissionais para a educação do campo.

Muito obrigado a todos, e parabéns Marcelino Galo por esta iniciativa.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Agradeço ao Magnífico Reitor. Vocês vão precisar muito dialogar com ele.

Passo a palavra para a nossa companheira Elisângela Araújo, que aqui representa a Fetraf Nacional.

A Sr^a ELISÂNGELA ARAÚJO:- Boa-tarde a todos e a todas. Quero saudar e agradecer o convite do nosso deputado Marcelino Galo pela iniciativa tão importante neste momento de fazer esta sessão e trazer presente para nós, para esse debate nesta Casa a questão da reforma agrária, essa grande luta nossa pela distribuição de terra, pelo acesso à terra; a deputada Fátima Nunes; o secretário da Agricultura, pela sua participação aqui, mesmo já tendo se ausentado; o Sr. Elionaldo, presidente da EBDA; o companheiro Haroldo, do Incra; o companheiro Zuza, do MLT; a companheira Nólíia, da Ceta, essa grande mulher, guerreira; a companheira Érica; todos os companheiros aqui presentes, o companheiro lá do levante, Marcel; o Magnífico Reitor, porque esse é o diálogo nosso da educação, da qualificação dos nossos trabalhadores e trabalhadoras, enfim, quero fazer uma saudação muito especial a todas as lideranças, homens e mulheres dos movimentos de reforma agrária, dos movimentos de luta pela terra do nosso Estado da Bahia.

Afinal de contas, o que é reforma agrária? Reforma agrária é proporcionar, é fazer a distribuição da terra, conforme o nosso Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, que dizia muito bem isso, e que era um dever do Estado. No entanto, em nosso País, temos tido grandes avanços no conjunto de políticas públicas, de programas principalmente para as populações do campo, para a agricultura familiar e assentados e assentadas da reforma agrária, no entanto é um País com maior concentração fundiária do mundo. É um dos maiores.

Também quero cumprimentar o nosso delegado do MDA, o companheiro Wellington, que tem sido firme e forte nessa luta.

O último censo do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, demonstra que, nos últimos vinte anos, não houve alteração desse quadro de concentração fundiária.

A alteração que temos é de mais problemas, ou seja, de mais e mais problemas no que diz respeito à reforma agrária, ao acesso à terra e à distribuição de terra no Brasil, pois, além dos problemas judiciais, além dos problemas das legislações com relação aos instrumentos de governo, enfim, além de todas as dificuldades que temos no sentido de fazer a reforma agrária, nós, também, estamos enfrentando, hoje, um grande problema: a “estrangeirização” das terras. São grupos estrangeiros ou empresários estrangeiros. E, aqui na Bahia, é o lugar onde se compram mais terras dentre os estados brasileiros. O local, onde os chineses compram mais terras, é o Oeste baiano.

Então, gente, não tem sido fácil a nossa luta dos movimentos sociais do campo,

do movimento sindical do campo, que faz a reforma agrária no que diz respeito a enfrentar essa agenda e essa pauta.

O Nordeste brasileiro tem mais de 20 milhões de hectares de terra de projetos de irrigação. Além do mais, tudo isso está nas mãos de grandes empresários estrangeiros e, também, do Sul do Brasil.

Cadê a reforma agrária? Cadê a irrigação? Cadê a distribuição, também, de água para a nossa produção nos assentamentos que já têm nas oportunidades que, ao longo desses anos, nós conseguimos, também, trazer, fazer e ter o acesso à terra?

Então, são mais de 4 mil famílias pobres no campo que recebem o Bolsa Família, deputada Fátima Nunes. Mas essas famílias precisam de quê? Precisam de ter acesso à terra e de ter as condições para a produção. Vejam, é uma boa iniciativa. É uma política de transferência de renda. É a primeira oportunidade para você sair da extrema pobreza? É. E defendemos o Bolsa Família. Mas esse não pode ser um programa para vida toda para os nossos acampados da reforma agrária e para as nossas populações pobres.

Nós precisamos de terra. Nós precisamos de crédito. Nós precisamos que o nosso Pronaf, o crédito para a reforma agrária, seja reestruturado, porque, do formato que está aí, não atende, realmente, às necessidades de um assentado ou de uma assentada da reforma agrária. Nós precisamos de mais assistência técnica. Não é possível que não tenhamos, de fato, o acesso à pesquisa! É preciso mudar esse quadro!

É isso, deputado Marcelino, ou seja, esta sua iniciativa de trazer presente a este grande debate, pois, nos últimos períodos, nós temos tido muitas dificuldades. No ano de 2012, lá em Brasília, tivemos a capacidade de reunir mais de 33 movimentos que atuam no campo no Brasil para fazer o debate da questão da reforma agrária e da questão do desenvolvimento rural do campo.

Vejam, não é possível o nosso País continuar fazendo desenvolvimento sem compreender que a população do campo, que promove o desenvolvimento neste País, tem de ter desenvolvimento rural, tem de ter fortalecimento da agricultura familiar, tem de ter o acesso à terra, tem de ter a regularização fundiária. Temos de enfrentar, nos próximos períodos, no Brasil, essas questões que dizem respeito à questão da terra e à questão fundiária brasileira.

E é preciso haver mais união entre os deputados e as deputadas. É preciso haver mais a unidade dos movimentos de luta, dos movimentos sociais do campo e da cidade para enfrentarmos esses desafios.

Estou vendo, ali, uma grande mulher, uma grande companheira aqui no plenário, a nossa companheira Cecília, que já foi prefeita de Itiúba. Mas não é somente esta a sua história. Ela é advogada dos movimentos sociais e dos sem terras. E ela sabe muito bem os enfrentamentos que temos de enfrentar na questão do Judiciário para que possamos ter o acesso à terra.

Por isso, os deputados que estão aqui, todos, as lideranças dos movimentos sociais do campo, nós temos de ter a capacidade de ter a unidade na diversidade, principalmente durante este ano que é importante para o nosso País, para o nosso

Estado, pois é o ano de Copa do Mundo e é o ano de eleições gerais.

Este é o ano que a gente precisa ter claro e ter consciência de qual projeto precisamos para defender o Brasil. Qual o projeto tem, de fato, o respeito e a responsabilidade com as populações do campo? Qual é o projeto, neste País, que, de fato, compreende ser preciso fazer a reforma agrária e ter o acesso à terra?

Este é o Ano Internacional da Agricultura Familiar! E não pode ser diferente!

Não podemos continuar tratando os diferentes como iguais.

O agricultor ou a agricultora familiar é uma categoria. Os assentados e as assentadas da reforma agrária é uma outra categoria. Queremos terra para os assentados e os acampados da reforma agrária, a fim de que eles possam se tornar um agricultor familiar e possam produzir e conseguir conviver e viver (palmas) do sustento de suas produções. (Palmas)

Observem, quase 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira são produzidos pela agricultura familiar. Esse alimento consumido pela população brasileira é, também, alimento produzido por esses homens e por essas mulheres acampados e acampadas, assentados e assentadas à espera da reforma agrária.

Então, temos de nos valorizar, porque somos todos uma só Nação e um só povo que precisa viver com dignidade. Precisamos de muito mais políticas públicas e políticas estruturantes para viver no campo, para viver no mundo rural e feliz e tendo orgulho de ser uma agricultora ou um agricultor familiar, de ser pessoas que vivem da sua renda, da sua produção. Vejam, muito bom é ter dignidade e conseguir, cada vez mais, mudar este modelo.

E, para finalizar, quero registrar que não dá mais para sermos o 5º país do mundo que mais se produz com veneno. Este modelo de produção do agronegócio tem de acabar. Só a agricultura familiar e só a reforma agrária vão fazer a mudança para produzirmos alimentos saudáveis e para garantir a soberania alimentar e nutricional da nossa população brasileira.

Um grande abraço a todos os movimentos e a todas as lideranças. (Palmas)

Viva a luta dos movimentos sociais no campo! (Palmas)

Viva a reforma agrária! (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado, companheira Elisângela, pelo seu discurso.

Tem alguém cansado aí?

Todos:- Não!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Bem, há muita gente para falar aqui ainda. Há de se ter um pé na luta e um pé no estudo também. O estudo faz parte da luta.

Quero registrar duas presenças ilustres: os deputados Aderbal Caldas e

Rosemberg Pinto, Líder da Bancada dos Trabalhadores.

Dando continuidade, vamos ouvir a nossa aguerrida lutadora e representante das mulheres na luta do campo, a nossa amiga Nólíia Oliveira, representante da CETA – Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e quilombolas. (Palmas)

(O Plenário entoou uma canção.)

A Sr^a NÓLIA OLIVEIRA:- Boa-tarde a todos e a todas. Boa-tarde aos companheiros, amigos, deputados, representantes dos órgãos que estão aqui nesta Mesa, aos movimentos sociais. Não vamos falar o nome de todos, porque são muitos companheiros e muitas companheiras que nos apoiam nesta luta, graças a Deus!

Esta sessão especial é pelo Dia Internacional de Luta Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Para nós, é motivo de muita honra estar aqui neste espaço e nesta Casa. Estar aqui, hoje, é uma conquista de muitos anos de luta dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, não só de agora, mas também de alguns anos para cá.

São 500 anos de luta, resistência, derramamento de suor e de sangue nesta terra chamada Brasil para que pudéssemos estar, hoje aqui, conquistando espaços como este. Temos pessoas como estas que estão hoje aqui nos apoiando e trazendo a nossa voz para espaço como este. Antes, isso não era possível. Há algum tempo, isso não era possível.

Lembro-me de que, quando criança, meus pais já estavam na luta pela reforma agrária no assentamento em Marcionílio Souza, onde o companheiro Zacarias tombou há 30 anos. Jamais sonharíamos em estar aqui. Os trabalhadores e as trabalhadoras rurais de luta pela terra jamais pensaram em estar num espaço como este com toda ousadia, quebrando os protocolos. Não sei nem quais são os protocolos daqui. Mas acho que a gente quebrou todos os protocolos a começar pelo dia da sessão especial que não era hoje. A luta, a resistência e a união desse povo fez com que conseguíssemos estar nesta sessão especial hoje aqui.

E são pessoas com coragem como os deputados Marcelino Galo, Fátima Nunes e outros companheiros deputados que vieram nos prestigiar aqui, pois eles lutam e trazem a nossa voz e o nosso compromisso para espaços como este.

Nós, do movimento CETA, estamos, durante este ano, em um ano de festa e comemoração pelos 20 anos de existência no Estado da Bahia. Nós atuamos, apenas, no Estado da Bahia, mas em todo o Estado. Em cada cantinho deste Estado, há uma pontinha do CETA, um acampamento lá, num assentamento, num quilombo.

Nós estamos completando e comemorando 20 anos de luta e de resistência no Estado da Bahia. Este é mais um momento importante para nossa luta! Quanto a essa mobilização, são mais de 12 anos que nós nos mobilizamos rumo à capital. Fazemos, também, várias mobilizações, ações, ocupações em todo o Estado da Bahia para assegurar esta bandeira, qual seja, a bandeira da luta pela reforma agrária.

Não defendemos, apenas, o movimento, mas, também, a unidade desses movimentos em prol da luta pela reforma agrária. Para nós, a unidade, entre os movimentos, é muito importante e significa a força da luta, porque lutar um só é bom.

Mas quando a gente junta um pouco mais, a luta se fortalece.

Estamos aqui com cinco movimentos. Estamos ocupando, ali, desde o dia 12, segunda-feira, a sede do INCRA pela questão da reforma agrária e pela regularização das famílias que se encontram em assentamentos.

Depois da publicação de inúmeras portarias do INCRA, vindas de Brasília para cá, tais portarias têm dificultado um pouco o processo de regularização. E as famílias se cansam de esperar a regularização. Às vezes, as famílias acabam saindo do assentamento, saindo do lugar da bênção. Muitas famílias acampadas precisam do processo de desapropriação.

O processo de desapropriação, atualmente, está paralisado, como falou o deputado Marcelino Galo, já há algum tempo. Há mais de um ano, existe uma área desapropriada no Estado da Bahia. E nossos acampamentos, as nossas ocupações e os territórios de quilombo, também, estão precisando dessa desapropriação. Esse processo de desapropriação está paralisado. Estamos, ali, na luta em prol da retomada das desapropriações de terras no Estado da Bahia.

Se não houver a desapropriação, a reforma agrária não acontece. Por mais que já existam os assentamentos, precisamos assentar mais famílias e precisamos que novas áreas surjam para o fortalecimento do movimento, para o fortalecimento da agricultura familiar, da agricultura camponesa no Estado. Sem o acesso à terra, é impossível se fazer uma reforma agrária de fato. É impossível se fazer trabalhadores do campo e camponeses produzindo.

Gostaríamos de ressaltar que ocupamos, até hoje, também, a unidade do INCRA de Sergipe. Foram as duas unidades do INCRA ocupadas este ano para fazer com que a nossa pauta seja ouvida. Quanto a alguns encaminhamentos, nós já os temos. Estaremos indo a Brasília na sexta-feira encontrar o presidente nacional do INCRA para debater essas questões da reforma agrária.

Defender a reforma agrária não é apenas defender o acesso a um pedaço de chão, mas é defender um projeto de desenvolvimento para o nosso País. Um projeto, de fato, de desenvolvimento sustentável, em que as famílias possam ter acesso à terra e se desenvolver, produzir nela e se alimentar do que produzem, mas alimentos com qualidade. Uma política de desenvolvimento para o nosso País, por isso defendemos essa bandeira e nos arrastamos ao longo dos anos carregando a bandeira de luta que é a bandeira da reforma agrária.

Defender a vida, defender a família na terra, nos assentamentos, nos acampamentos, defender uma educação de qualidade para que os nossos jovens... Disse bem o deputado que ressaltou a presença massiva dos jovens nessa mobilização, que para nós é um processo muito importante, porque são pessoas que estão chegando para garantir que a luta de fato aconteça. E defender um dos princípios fundamentais de Deus, que é repartir o pão, a partilha do pão.

Estou falando do pão e da terra em si porque é nela que o pão é produzido, para que a terra não fique concentrada apenas nas mãos de um ou dois, mas que todos nós possamos ter acesso a esse pão, ao pedaço de chão para produzir o nosso pão.

Este é um ano de eleições e nós, trabalhadores e trabalhadoras que lutamos e

defendemos a reforma agrária, a agricultura camponesa e familiar precisamos, ao eleger pessoas, olhar para o perfil de pessoas que de fato nos defendam e defendam o nosso projeto aqui dentro desta Casa e lá na Câmara federal. (Palmas)

Isto é de extrema importância, devemos olhar o histórico dos candidatos que nos apresentam. Devemos ver quem são os candidatos e candidatas que estão de fato representando o nosso projeto. Muitas das vezes não podemos olhar apenas o nome, mas devemos olhar o histórico e que tipo de projeto essa pessoa vai estar defendendo. E o nosso projeto, já temos claro na nossa mente que é o projeto da reforma agrária, da agricultura familiar, da agricultura camponesa para uma agricultura solidária, uma agricultura limpa, sem defensivos agrícolas, porque também defendemos a saúde da nossa geração.

E, por fim, gostaríamos de agradecer, também, nós do Movimento Ceta e demais movimentos que estão mobilizados agora em 2014, nesta jornada de luta. Nos próximos anos estaremos aqui.

Queremos agradecer, especialmente, ao deputado Marcelino Galo e a toda a sua equipe, que vêm trabalhando ao longo do tempo para preparar esta sessão, que foi marcada para um dia e mudou para outro, porque é preciso organização, estar aqui com esses trabalhadores e com essas trabalhadoras, com as crianças, não é fácil. O processo de mobilização não começa aqui. Às vezes se pensa que começa, quando a gente chega aqui em Salvador e ocupa o órgão. Ele começa muitos dias antes, quando a gente se mobiliza por alimentação, por transporte, cada um no seu assentamento, no seu acampamento, no seu quilombo. Isso de fato é uma mobilização, ela apenas se concretiza, apenas cria uma unidade quando estamos juntos aqui, e isso, para nós, é muito importante, é muito gostoso, é um aprendizado, as pessoas saem daqui com suas energias revigoradas neste processo de luta, porque a gente percebe que de fato o projeto da reforma agrária está acontecendo, está sendo mobilizado pelo povo, por mais que não esteja acontecendo lá nos espaços, nos órgãos onde deveria acontecer verdadeiramente, mas o povo traz no sangue, traz consigo na sua camisa, segurando a sua bandeira de luta, esse projeto da reforma agrária e ele não morreu, continua nessa luta no dia a dia.

E nós agradecemos também a todos os deputados que deram a sua presença aqui em reconhecimento a essa luta, ao INCRA, à Uneb, ao delegado do MDA, aos demais companheiros e companheiras que passaram por aqui, que falaram, que deram a sua presença em reconhecimento a nossa luta, a luta pela reforma agrária.

E dizer que nós lutamos por uma reforma agrária popular, uma agricultura familiar camponesa, solidária e limpa de agrotóxicos. Lutamos, também, pela preservação dos nossos recursos naturais, pela terra, pela água, pelas nossas matas, pelos nossos animais silvestres. Esta, de fato, é a nossa luta, a luta do trabalhador e da trabalhadora, camponesa e camponês, pela reforma agrária.

E viva a reforma agrária! Viva o movimento Ceta e viva todos os movimentos que estão aqui nesta unidade!

(Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Agradecemos a nossa companheira Nólíia pelas suas palavras.

Chamamos agora para se pronunciar um movimento recente na nossa cidade, contemporâneo, que vem incorporando a juventude numa luta pela memória, pela verdade. Eles vêm fazendo um movimento chamado Escracho, que vai à porta dos torturadores e os faz lembrar, e também à sociedade, que houve tortura e crime político, que houve ditadura neste País. Então, um movimento muito bonito, um movimento da juventude brasileira.

Por isso, quero chamar aqui o companheiro Marcel Luís, do Levante Popular da Juventude.

O Sr. MARCEL LUÍS:- Boa-tarde, companheiros e companheiras.

Gostaria de fazer uma saudação à Mesa, na figura do deputado Marcelino Galo.

Companheiros e companheiras, eu quero começar minha fala lembrando que há mais de 100 anos o povo negro foi libertado da escravidão e foi desamparado totalmente pelo Estado, jogado aí para que vivesse ao léu.

Hoje, olhando aqui para esta assembleia, eu vejo também uma grande parte do povo brasileiro que se encontra desamparado pelo Estado, com seus direitos negados, que é o povo camponês, o povo da roça, o povo que planta e garante a alimentação e a soberania alimentar do País, que garante a soberania alimentar do Brasil, e que ainda hoje continua desamparado, sem nenhum apoio do Estado.

E aqui eu venho colocar a juventude brasileira, reforçar o nosso compromisso com o povo do campo, com o trabalhador e com a trabalhadora da cidade, do campo, do quilombola, do assentado, do acampado, do indígena, todos esses trabalhadores e trabalhadoras estão na nossa luta, junto com os movimentos de juventude, e nós garantimos nosso compromisso, e estaremos lutando pela autonomia do Brasil, pela autonomia do povo brasileiro trabalhador.

Além de garantir nosso compromisso com a reforma agrária e com os direitos do povo do campo, nós viemos aqui garantir nosso repúdio à violência no campo, que ainda hoje mata militantes que lutam por seus direitos.

Ainda temos, no Brasil – tivemos agora, há pouco tempo –, militantes, companheiros nossos assassinados a mando desse sistema, do agronegócio, dos latifundiários, que mandam matar o nosso povo à bala, militantes que não fazem nada mais que lutar pelos nossos direitos. Porque nós não estamos querendo nada de mais aqui, não, companheiros e companheiras, nós queremos aquilo que é nosso, nós queremos o nosso direito de viver.

Além disso, além da reforma agrária, a juventude se compromete pelos direitos da juventude do campo também. Nós queremos escola para a juventude estudar no campo, contextualizada com aquilo que nós vivemos todos os dias, nós queremos saúde para o nosso povo, que não precise se deslocar para a cidade o tempo todo, porque no campo, porque no interior tem gente, e essas pessoas também merecem

respeito, merecem ter todos os seus direitos garantidos. E nós nos comprometemos com essa luta, nós queremos programas de assistência para essas pessoas, nós queremos Pronera, nós queremos crédito para as plantações do campo, e por tudo isso nós lutamos.

Mas nós sabemos também, companheiros e companheiras, que isso não é fácil de construir. A gente está batendo de frente com o sistema, que é corrupto, que está na mão de homens brancos, heterossexuais, que controlam todo o sistema político do Brasil, e nós acreditamos que para a gente conseguir essas e várias outras reformas nós precisamos de uma reforma no sistema político, porque, companheiros e companheiras, ver o povo aqui só um dia nas assembleias é muito pouco, a gente quer garantir o povo aqui todos os dias. (Palmas.)

Sabe o que nós queremos aqui, companheiros e companheiras, com a reforma política? Nós queremos ter deputados e deputadas trabalhadores do campo, nós queremos ter deputados e deputadas trabalhadores da cidade, queremos ter deputadas e deputados negros, indígenas, quilombolas, tudo isso que não se vê representado. A gente quer que o povo venha aqui, esteja aqui diariamente podendo falar, podendo colocar suas demandas e lutar pelos seus direitos.

Um dia aqui é muito pouco, companheiros e companheiras, precisamos lutar, porque para nós é muito complicado. Porque agricultor familiar tem milhões, para conseguir chegar a governador, conseguir chegar a presidente, conseguir chegar a deputado, a senador...

A gente quer abrir isso. A reforma no sistema político, companheiros e companheiras, além de abrir a porta para a reforma agrária, também serve para várias outras ajudas, que são importantíssimas para a gente. A gente precisa democratizar a mídia, a gente precisa de uma mídia popular, porque essa mídia que está aí não nos satisfaz. Essa mídia que diz que a gente é terrorista, diz que a gente é vagabundo. Precisamos estar lá, garantir a nossa voz e dizer não.

Não somos vagabundos, não somos terroristas, estamos lutando pelos nossos direitos. A gente quer o povo no poder. E volto a reforçar a todos os compromissos pelos quais lutamos. A juventude está aqui e gostaria de fazer uma saudação, novamente, à juventude que se encontra aqui e continuaremos nessa luta, todas, com vocês. Estamos organizados junto com o trabalhador e por fim, gostaria de perguntar a vocês. Quando o campo e a cidade se unirem? “A burguesia não vai existir”. Quando o campo e a cidade se unirem? “A burguesia não vai existir”. Quando o campo e a cidade se unirem? “A burguesia não vai existir”.

Muito obrigado, companheiros e companheiras. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Obrigado, nosso companheiro Marcel, do Levante Popular da Juventude.

Agora, companheiros, faltam poucos oradores, vamos ouvir um grupo importante, que é o Geografar. Aqui tem um representante, nosso companheiro Tiago,

que é da Universidade Federal da Bahia. É um dos únicos grupos da universidade que tem a coragem, que tem essa capacidade política de estudar, de produzir informações, de juntar estudantes e intelectuais para estudar a questão dos pescadores, das pescadoras, dos agricultores familiares, dos assentamentos de reforma agrária. E estamos falando da UFBa, que é universidade pública, que poderia ter isso em todos os seus cursos, em todos os seus departamentos.

Esse grupo completou 18 anos na semana passada produzindo informação, formando intelectuais, formando técnicos para trabalhar com os quilombolas e a reforma agrária também.

Então, Tiago vai falar pelo grupo.

O Sr. THIAGO RODRIGUES:- Boa-tarde a todos, boa-tarde à Mesa, saúdo o deputado Marcelino Galo, saúdo todos os deputados da Mesa, os companheiros. Saúdo, especialmente, os movimentos sociais aqui presentes: o CETA, o MTD, o MPA, o MLT e todos os movimentos aqui presentes e aqueles que não estão aqui, que têm demonstrado em todos esses anos, a luta pela reforma agrária, a luta pela justiça no campo.

Além de saudar, eu quero lembrar que estamos aqui nesta Casa fazendo uma sessão especial proposta pelo deputado Marcelino Galo, mas uma sessão especial, como ela própria diz, de luta pela reforma agrária e justiça no campo. E a gente precisa ocupar esse espaço, para que um dia não precisemos fazer uma sessão especial, que ela seja uma sessão ordinária, que ela aconteça pela luta pela reforma agrária, sempre, e que deixe de ser uma luta pela reforma agrária. E sim uma luta com reforma agrária já realizada.

Essa é a nossa proposição especial, que esta luta seja de todos. (Palmas) Falando em nome, aqui, do Projeto Geografar, muitos de vocês conhecem e eu adoro estar aqui porque revejo muitos companheiros, porque vivo na casa, durmo na casa, no momento das nossas pesquisas, e entender que o Grupo de Pesquisas Geografar, coordenado pelas professoras Guiomar Germani e Gilca, ele tem sido um grupo que tem buscado aquilo que a universidade precisa, que é a crítica social e a crítica com possibilidade de transformação.

O deputado Marcelino Galo é testemunha de que todo o esforço do Geografar não é apenas para criticar no sentido de destruir, mas é a crítica no sentido de fortalecer cada vez mais a existência da reforma agrária. Então, a busca do nosso conhecimento tem uma posição muito clara. É um conhecimento que busca, na verdade, contribuir com a transformação da realidade. Para que, como eu falei, a gente não fale mais em luta pela reforma agrária. A gente possa falar, sim, em luta pela reforma agrária enquanto história e não enquanto realidade, porque ela já vai ser presente. Ela não vai precisar ser lembrada, ela vai precisar apenas ser lembrada enquanto luta que passou, porque a reforma agrária vai ter que existir na concretude.

Queria destacar, para concluir esta fala, que esta Casa precisa se pronunciar mais sobre o campo baiano. Porque a Lei 12.910, votada por esta Casa no ano passado, que versa sobre regularização de terras fundo de pasto em comunidades quilombolas, infelizmente, é inconstitucional. Porque temos a Convenção 169, que

garante o direito às comunidades quilombolas, às comunidades fundo de pasto e a todas as outras comunidades tradicionais a se identificar em qualquer momento. Porque o direito das comunidades é inalienável.

Mas essa Lei 12.910 vai de encontro a isso. Por quê? Porque limita até 31 de dezembro de 2018 para que as comunidades possam dar entrada em suas pautas no Executivo. Então é necessário, primeiramente, que esta Casa reveja essa lei, porque ela vai de encontro a tudo o que esses movimentos que estão aqui hoje defendem até então. (Palmas)

Queria dizer que esta Casa, enquanto Legislativo, também precisa se pronunciar sobre as terras públicas e devolutas da Bahia. Somos um Estado em que 55% das terras devolutas compõem o nosso território. Pergunto aos trabalhadores: quando vocês ocupam qualquer terra, aqui no Estado da Bahia, não aparece o dono?

(Os presentes ao Plenário respondem afirmativamente.)

O Sr. THIAGO RODRIGUES:- E cadê as terras devolutas? É necessário que esta Casa se pronuncie acerca das terras devolutas do Estado da Bahia. É necessário também que esta Casa, com a presença desses movimentos sociais, se comprometa a discutir a situação das mais de 40 mil famílias assentadas que, por contingência de verbas e da mudança de governo, não têm seu direito garantido.

É necessário também que esta Casa se pronuncie sobre as mais de 35 mil famílias que hoje estão debaixo de lona. Sei pouco, mas quando vou fazer nossas pesquisas e nossos cursos nos assentamentos e acampamentos, vejo a dificuldade que é ficar embaixo de lona. Esta Casa precisa, portanto, se pronunciar sobre as áreas de ocupação e acampamento que existem no Estado da Bahia.

Esta Casa precisa também se pronunciar sobre as comunidades quilombolas que existem no Estado – são mais de oitocentas. E com esse processo de desmantelamento da reforma agrária, menos de 10 comunidades foram tituladas. É necessário o pronunciamento desta Casa sobre essas comunidades.

É necessário que esta Casa também se pronuncie no seu cotidiano, e não especialmente, sobre as comunidades de fundo e frente de pastos. São comunidades que, em seu cotidiano, têm enfrentado as mineradoras dia a dia usurpando seus territórios.

É necessário que esta Casa se pronuncie sobre os conflitos indígenas que acontecem hoje no Sul do Estado da Bahia. São 28 povos indígenas. Caso contrário, esta Casa vai fazer sessão especial para falar dos índios vítimas de massacre no Sul do Estado. Antes disso, é necessário que esta Casa se pronuncie.

Por fim, queria agradecer ao deputado e dizer que é importante que façamos este debate. Como falei, que a gente faça com que a reforma agrária se efetive. E é necessário que a gente lute no cotidiano desta Casa, seja com proposição de leis, seja na discussão da pauta política, para que esta Assembleia coloque no seu horizonte alcançar um dia em que não precisemos mais falar de luta pela reforma agrária. E, sim, da reforma agrária. E reforma agrária quando?

(Os presentes ao Plenário respondem: “Já”.)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelino Galo): - Obrigado ao companheiro Thiago Rodrigues.

Nós vamos ouvir agora o último orador, nosso companheiro Wellington, delegado do MDA-Bahia.

Registro a presença dos Srs. Deputados Alan Sanches e Rosemberg Pinto.

Com a palavra o nosso companheiro Welliton.

O Sr. WELLITON REZENDE:- Boa-tarde a todos e todas aqui presentes.

Quero cumprimentar o presidente desta sessão, deputado Marcelino Galo, pela iniciativa e pela sua história de dedicação a essa pauta. Devo dizer da relevância desse tema para os objetivos do Brasil. A presidenta Dilma e o MDA vêm se manifestando permanentemente, afirmando que é estratégico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, o tema do fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária. A reforma agrária se tornando o caminho para a consolidação de agricultores familiares e agricultoras autônomas produzindo alimento e riqueza. Então, cumprimento aqui a relevância da iniciativa do deputado.

Quero cumprimentar os demais deputados e deputadas presentes na pessoa da nossa deputada Fátima Nunes, representando todos os deputados e deputadas e, também, as mulheres presentes. Não pretendo me alongar muito, por conta do tempo, por isso vou cumprimentar de forma segmentada os movimentos aqui presentes, através das suas representações: Movimento Ceta, MLT, MTA, MTD, Pastoral Rural, Fetraf, Movimento de Juventude, que falou há pouco, Levante Popular, Grupo de Pesquisa, EBDA, que esteve aqui presente, Secretaria da Agricultura, presente neste movimento, e todos os líderes e movimentos aqui presentes. Cumprimento o representante do Incra, o colega Haroldo, e o reitor da Universidade, que esteve aqui há pouco.

Feitos esses cumprimentos, gostaria, presidente, de fazer uma leitura muito rápida. Não vou falar aqui palavras minhas, mas o que representa o pensamento do governo em relação à reforma agrária neste momento. A presença de vocês é legítima, é essa energia que mantém a gente no curso correto da busca da garantia de direitos fundamentais da população brasileira. E, principalmente, colocando o Brasil nos rumos em que se encontra nos últimos 10 anos, sendo exemplo de paradigma para o mundo. Vocês são essa energia desafiante de que se tem muito por fazer, apesar dos números que foram colocados aqui.

Nos últimos 10 anos, temos um balanço qualitativo e quantitativo superior na história do Brasil, em todos os aspectos de política pública. É preciso afirmar isso. É esse o meu papel, neste momento, ao afirmar um tema que é de alta relevância e que tem, e continua tendo, um passivo histórico desafiante para nós do governo.

Temos o problema de estrutura de um Estado que mudou nos últimos 12 anos. Um Estado que vinha num desmonte, para tornar-se um Estado mínimo, passando a

um novo viés de um Estado necessário, de um Estado social desenvolvimentista, defendido pelo presidente Lula e, agora, pela presidenta Dilma.

E é esse o desafio de se tornar um Estado necessário em que a reforma agrária, um dos temas pujantes, desafiantes do Estado brasileiro para esse modelo de desenvolvimento, continua padecendo de uma aliança campo/cidade, mas, principalmente, de uma burocracia dentro do Estado que dê conta do seu papel e da sua função institucional.

Quando Haroldo fala aqui da dificuldade do INCRA em cumprir seus papéis por conta de estrutura, por conta de pessoal, essa é uma questão estrutural da tecnoburocracia. Como o INCRA, diversas outras estruturas institucionais no Estado brasileiro não conseguem cumprir as determinações políticas, as decisões políticas. Porque uma coisa é uma decisão, são os marcos que existem para serem cumpridos, outra coisa é a tecnoburocracia envolvida nesses órgãos, que tem direitos políticos ideológicos e que imprime o ritmo da burocracia das políticas públicas.

E é preciso colocar o dedo na ferida de que muitos dos nossos órgãos são incapazes de cumprir a sua missão institucional, porque temos servidores envolvidos mais e menos nas questões que a população coloca como centro de agenda de decisão política assumida pelos nossos governos. Quando temos órgãos que têm processos permanentes de evasão de funcionários – é um tema que precisamos discutir – por questão de carreira, essa é uma das dificuldades.

Então, gostaria de, rapidamente, colocar e reafirmar que o que se busca é a implantação, neste momento do Brasil, de um modelo de assentamento baseado numa viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial, presentes aqui nas falas das representantes do Ceta, Nólia, e da Fetraf, nossa companheira Elisângela. E instrumentos fundiários adequados a cada política em cada região estão em curso. O esforço que estamos fazendo – governo federal, MDA e o INCRA – neste momento, muito alinhado com essa política de que precisamos tornar os assentados da reforma agrária em agricultores familiares autônomos capazes de acessar às políticas públicas que estão aí, que são, se não ideais, se não perfeitos, os melhores instrumentos que conseguimos produzir pela luta de vocês.

Nos últimos 10 anos, foi através das conferências, através dos conselhos que construímos Pronaf, IPAA, Empremai, um conjunto de políticas públicas que, se executadas, se acessadas vão resolver o problema do desenvolvimento e de inclusão produtiva dos nossos agricultores familiares e dos nossos assentados.

Os assentamentos, hoje, e a reforma agrária do INCRA, aí temos um passivo. E a presidenta determinou que não é possível seguir fazendo desapropriações sem considerar uma série de condicionantes para esses assentamentos se tornarem viáveis, produtivos, sustentáveis com o menor custo para os cofres do governo. Do ponto de vista da eficiência e do gasto público, é preciso avançar com os assentamentos, primeiro resolvendo passivos; do ponto de vista do desenvolvimento, parte desse desenvolvimento foram recursos perdidos no caminho pela ineficiência dos gastos das nossas instituições. É preciso dizer isso. É preciso não mais gastar com diárias, com papéis, com telefone, com combustível e não resultar, efetivamente, em

assentamentos titulados, em assentamentos produzindo alimentos, agregados a uma política territorial, a uma estratégia territorial.

Então, o esforço atual desse governo é exatamente fazer com que a nossa burocracia, a nossa tecnoburocracia assuma o papel de ser eficiente na gestão desses recursos e possam qualificar os projetos, juntamente com os movimentos, evidentemente, parceiros da agricultura familiar, que possam resultar em inclusão produtiva, em cidadania ativa e contribuir para continuar o processo de crescimento. Essa é a busca, nas palavras da presidenta Dilma.

Gostaria, aqui, de fazer uma leitura, rapidamente. O objetivo maior dela e do seu governo é garantir que o Brasil continue crescendo, gerando cada vez mais oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras. Se o objetivo é esse, é preciso construir uma Nação forte, desenvolvida, com homens e mulheres, todos os segmentos da sociedade, pequenos, médios e grandes produtores, agricultores familiares, empresários para esse fim. Para isso é fundamental olhar para a agricultura familiar como um dos elementos estratégicos para que o Brasil seja, de fato, essa Nação desenvolvida e sustentável como um tecido social que precisa ser construído, de uma classe média que possa estar usufruindo de todos os serviços públicos, toda a riqueza que esse Brasil produz.

Essa é a concepção. E, por isso, nas palavras da presidenta, eu quero dizer que essa condição de garantia de uma agricultura familiar pujante é condição para um padrão de qualidade de reforma agrária. Sem sombra de dúvida, a sociedade não tem que ter dúvida do seu propósito, do seu compromisso de que esse País precisa democratizar-se e continuar se democratizando. E que o governo dela continuará nessa trajetória democratizante de acesso à terra para milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais, camponeses pobres deste País.

Mas, ao mesmo tempo, queremos que a reforma agrária contribua para esse caminho de sucesso que é o caminho de um setor de agricultores familiares, de pequenos agricultores pujantes, e que cada um de vocês possam viver com orgulho da renda que vocês vão produzir nesses assentamentos.

Esse é o compromisso da reforma agrária que o governo federal, através das novas diretrizes do INCRA, está colocando. E para isso gostaria de citar aqui: como instrumento de novidade... novas medidas foram colocadas em curso no ano passado. E agora, no início de 2014, foi o crédito para famílias assentadas através de alguns instrumentos. Temos a edição da Medida Provisória 636, de dezembro de 2013, que trata de rebate de dívidas do crédito, uma série de rebates de dívidas dos assentados da reforma agrária.

Ainda nessa resolução, nessa medida provisória, a redução do que era a questão do título, que custa caro para a imissão. Na faixa até um módulo, a isenção total desses pagamentos de título. E, para uma parcela superior, até três módulos, recursos, indicadores compatíveis, cobranças compatíveis com esses valores.

Tivemos ainda 3 decretos editados, nºs 8.177, 8.178 e 8.179, de dezembro, agora, que trata de remissão de dívida, rebate de dívida relacionado ao Proger, relacionado ao PAA, com a Conab, e relacionado ao Pronaf. Todas essas foram

medidas que dialogaram com um conjunto de ações para o fortalecimento dos nossos assentamentos de reforma agrária, que passaram por um processo de estruturação por conta da estiagem.

Além disso, temos, simplificando, solução de endividamento de crédito instalação, solução de endividamento Procerá e PAA, solução de endividamento para o Pronaf, remissão de crédito e instalação, titulação de assentamentos – como venho falando neste momento –, fazendo parte do planejamento estratégico do INCRA, do governo federal, para 2014/2015. Aparece na pauta interna como um dos pontos importantes a serem consolidados no Ano Internacional da Agricultura Familiar, Sr. Presidente e todos presentes aqui, aprofundar e integrar a ação do INCRA e do MDA no processo de desenvolvimento, levando ao centro do governo e da sociedade a atualização do plano de desenvolvimento rural, que aconteceu através da 2ª Conferência, no ano passado, dialogando com a perspectiva da elaboração do 3º Plano Nacional de Reforma Agrária. Pauta de cada um de vocês, de nós, militantes da reforma agrária.

Esse plano é necessário para definir as diretrizes para o novo modelo de assentamento da reforma agrária para o século XXI deste governo, que – reafirmamos aqui – tem compromisso com a inclusão produtiva, com a inclusão de cidadania de parte considerável da população.

Foram mais de 35 milhões de brasileiros e brasileiras que ascenderam ao consumo, à classe média. O propósito é justamente este, aquela velha pirâmide da desigualdade social tornando-se um trapézio, não há mais disparidades. Fazer com que os excluídos voltem para linha da inclusão produtiva, tornando-se classe média.

É isso que os números estão dizendo. Esse é o nosso desafio, renovar com vocês, porque somos poder público e temos que renovar com cada um de vocês a ideia da urgência, porque quem tem fome tem necessidade de ter sua terra, tem urgência. Esse é o desafio interno dos nossos órgãos, da tecnoburocracia, em fazer com que essa urgência se transforme em efetividade, em políticas públicas que se realizem na ponta.

Esse é o nosso compromisso, é o compromisso do governo federal, da presidente Dilma Rousseff, do MDA, com cada um de vocês.

Um abraço. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelino Galo):- Quero agradecer ao companheiro Wellington.

Antes de encerrar, ficaremos de pé para ouvirmos o Hino ao Dois de Julho, que é o Hino da Bahia.

(Execução do Hino da Bahia)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço aos companheiros do movimento Ceta, aos companheiros do MTD, aos companheiros do MLT, aos companheiros do MPA, aos companheiros e às

companheiras do Levante Popular da Juventude. Agradeço as presenças das autoridades civis e eclesiásticas, da imprensa, dos senhores e das senhoras.

Viva os trabalhadores rurais!

Viva a reforma agrária!

Todos:- Viva!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Declaro encerrada a presente sessão especial.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*